



Estado do Pará
CAMARA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA

Poder Legislativo Municipal

CNPJ: 22.937.502/0001-86

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 001/2026 – CMBGA



1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, I, da Lei Federal nº 14.133/21)	
1.1 - Qual a necessidade a ser atendida?	<p>A Câmara Municipal de Brejo Grande do Araguaia/PA executa diariamente uma série de atos administrativos, financeiros e orçamentários que exigem registros contábeis fidedignos, informações consistentes e conformidade com normas legais como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), portarias da STN e determinações do TCM/PA. Além disso, a execução da despesa pública exige processamento correto de empenhos, liquidações, ordens de pagamento, conciliações bancárias e acompanhamento constante da execução orçamentária.</p> <p>A ausência de assessoria contábil especializada pode ocasionar falhas na escrituração, erros na execução orçamentária e inconsistências nas prestações de contas, podendo resultar em responsabilizações, recomendações e penalidades impostas pelos órgãos de controle.</p> <p>Diante da complexidade das atividades e da necessidade de atuação contínua, tempestiva e técnica, justifica-se plenamente a contratação de empresa com notória especialização em contabilidade pública, especialmente no assessoramento a câmaras municipais.</p>
2 – LEVANTAMENTO DE MERCADO (arts. 18, §1º, V, e 44 da Lei Federal nº 14.133/21)	
2.1 - Onde foram pesquisadas as possíveis soluções?	<input checked="" type="checkbox"/> Consulta a fornecedores. <input checked="" type="checkbox"/> Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP
2.2 - Justificativa técnica e econômica para a escolha da melhor solução	O objeto apresentado se justifica por inexigibilidade de licitação, levando-se em conta a especialidade dos serviços e singularidade dos mesmos, bem como, a personalidade e confiança do profissional a realizar os serviços, em concordância com o Art. 74, III c, da Lei Federal nº 14.133/21.
2.3 - Há de restrição fornecedores?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.
3 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III, da Lei Federal nº 14.133/21)	



Estado do Pará
CAMARA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA
Poder Legislativo Municipal
CNPJ: 22.937.502/0001-86



3.1 - Qual o tipo de objeto?	<input checked="" type="checkbox"/> serviços técnicos especializados de natureza singular	
3.2 - Qual a natureza?	<input checked="" type="checkbox"/> Continuada.	
3.3 - Há monopólio?	<input checked="" type="checkbox"/> Não, há mais de um fornecedor capaz de atender a demanda.	
3.4 - Qual a vigência?	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.	
3.5 - Poderá haver prorrogação?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	
3.6 - Há transição com contrato anterior?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
3.7 - Padrão de mínimo qualidade	Item	Descrição detalhada
	1	<ol style="list-style-type: none">Conformidade Técnica (NBCs): Adoção obrigatória das normas técnicas (técnicas, auditoria, revisão, perícia) e do Código de Ética Profissional.Escrituração Regular: Observância dos princípios de contabilidade e legislação fiscal vigente (CPC 00).Gestão da Qualidade (NBC PA 01/R1): Firmas de contabilidade devem ter sistemas de gestão de qualidade que incluam monitoramento contínuo, conformidade ética e responsabilidade.Atualização Permanente: Capacitação contínua dos profissionais para lidar com a complexidade da legislação.Confidencialidade e Segurança: Proteção de dados e sigilo das informações do cliente.
3.8 - Quais critérios de sustentabilidade?	<ul style="list-style-type: none">• Adoção de práticas operacionais que minimizem o impacto ambiental e promovam o uso eficiente de recursos;• Propostas que incluam planejamento para a destinação adequada de resíduos e/ou documentação;• Incentivo ao desenvolvimento de técnicas e práticas que contribuam com a inovação e o desenvolvimento sustentável.	
3.9 - Há prioridade aquisição ou contratação, conforme Lei nº 12.035/2010?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, para produtos reciclados e recicláveis.	



Estado do Pará
CAMARA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA
Poder Legislativo Municipal
CNPJ: 22.937.502/0001-86



3.10 - Há necessidade de treinamento?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.			
4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 18, §1º, VII, da Lei Federal nº 14.133/21)				
4.1 - O que será contratado?	Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil pública, assegurando suporte permanente e qualificado para a escrituração contábil, execução orçamentária, conciliações bancárias, elaboração dos demonstrativos fiscais e contábeis, transmissão da Matriz de Saldos Contábeis (MSC), organizações das prestações de contas e atendimento as exigências do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM/PA.			
4.2 - Qual o prazo da garantia contratual?	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.			
4.3 - Há necessidade de assistência técnica?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.			
4.4 - Há necessidade de manutenção?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.			
5 – DIMENSIONAMENTO DO OBJETO (art. 18, §1º, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)				
5.1 - Como se obteve o quantitativo estimado?	<input checked="" type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores.			
5.2 - Descrição do quantitativo	A contratação deverá permanecer por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada desde que haja interesse entre as partes e nos termos da Lei 14.133/21; sendo tal lapso temporal propício para a realização dos serviços em condições descritas no Termo de Referência e futuro contrato			
5.3 - Especificação	Item	Descrição	Und	Qtd
	1	Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil pública, assegurando suporte permanente e qualificado para a escrituração contábil, execução orçamentária, conciliações bancárias, elaboração dos demonstrativos	Mês	12



Estado do Pará
CAMARA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA
Poder Legislativo Municipal
CNPJ: 22.937.502/0001-86



		fiscais e contábeis, transmissão da Matriz de Saldos Contábeis (MSC), organizações das prestações de contas e atendimento as exigências do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM/PA.			
5.4 - Em caso de bem imóvel, quais critérios adotados para dimensionar o tamanho necessário?	<input checked="" type="checkbox"/> Item prejudicado, não se trata de imóvel.				
5.5 - Em caso de bem imóvel, há algum de propriedade do estado para atender a demanda?	<input checked="" type="checkbox"/> Item prejudicado, não se trata de aquisição ou locação de imóvel.				
6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, VI, da Lei Federal nº 14.133/21)					
6.1 - Meios usados na pesquisa	<input checked="" type="checkbox"/> Consulta a fornecedores. <input checked="" type="checkbox"/> Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP				
6.2 - Estimativa de preço	Item	Descrição	Valor Unitário	Qtd	Valor Total
	1	Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil pública, assegurando suporte permanente e qualificado para a escrituração contábil, execução orçamentária, conciliações bancárias, elaboração dos demonstrativos fiscais e contábeis, transmissão da Matriz de Saldos	R\$ 14.179,43	12	R\$ 170.153,16



Estado do Pará
CAMARA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA
Poder Legislativo Municipal
CNPJ: 22.937.502/0001-86



		Contábeis (MSC), organizações das prestações de contas e atendimento as exigências do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM/PA.			
TOTAL R\$ 170.153,16 (cento e setenta mil, cento e cinquenta e três reais e dezesseis centavos)					
7 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO (art. 18, §1º, VIII, art. 40, V, b, 47, II, da Lei Federal nº 14.133/21)					
7.1 - A solução será dividida em itens?		<input checked="" type="checkbox"/> Sim.			
8 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, XI, da Lei Federal nº 14.133/21)					
8.1 - Há contratações correlatas ou interdependentes?		<input checked="" type="checkbox"/> Não.			
9 – ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO (art. 18, §1º, II, da Lei Federal nº 14.133/21)					
9.1 - Há previsão no plano de contratações anual?		<input checked="" type="checkbox"/> Não. Providências: (PCA em elaboração)			
10 – RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, IX, da Lei Federal nº 14.133/21)					
10.1 - Quais os benefícios pretendidos na contratação?		<input checked="" type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo <input checked="" type="checkbox"/> Redução de Custos <input checked="" type="checkbox"/> Ganho de Eficiência <input checked="" type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo			
11 – PENDÊNCIAS RELATIVAS À CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, X, da Lei Federal nº 14.133/21)					
11.1 - Há providências pendentes para o sucesso da contratação?		<input checked="" type="checkbox"/> Não.			
11.2 - Quais são os setores responsáveis pelas providências pendentes?		<input checked="" type="checkbox"/> Licitações e Contratos			
12 – IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO (art. 18, §1º, XII, da Lei Federal nº 14.133/21)					



Estado do Pará
CAMARA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA
Poder Legislativo Municipal
CNPJ: 22.937.502/0001-86



12.1 - Há previsão de impacto ambiental na contratação?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.
CONCLUSÃO	
13.1 - A contratação possui viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.

Brejo Grande do Araguaia (PA), 02 de janeiro 2026.

Geovane Lopes da Silva
Presidente da Câmara Municipal de B.G.A.